

2019

IX Seminário Internacional sobre
Desenvolvimento regional

Processos, Políticas
e Transformações
Territoriais

Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil
Dia: 11, 12 e 13 de setembro de 2019
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Universidade de Santa Cruz do Sul



POTENCIALIDADES E DESAFIOS DA POLÍTICA TERRITORIAL BRASILEIRA: O CASO DO NÚCLEO DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO MEIO OESTE CONTESTADO DE SANTA CATARINA

**Patricia Ines Schwab
Enise Barth
César Augustus Winck**

Resumo

A abordagem territorial do desenvolvimento no Brasil teve seu reconhecimento marcado pela criação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais em 2003 e o Programa Territórios da Cidadania em 2008. Na busca pelo envolvimento das Universidades no apoio aos colegiados territoriais e articulação entre os atores dos territórios e as políticas de desenvolvimento territorial, ocorreu em 2014 a criação dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedet). Um território reflete a articulação e relação entre os diferentes atores sociais e formações socioculturais existentes. Sob esse enfoque realizou-se este estudo no intuito de compreender o processo de criação do Nedet do território Meio Oeste Contestado, visando identificar potencialidades e desafios na atuação e gestão social do núcleo. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa-descritiva. Os dados foram coletados em fontes primárias e secundárias, por meio de entrevistas semiestruturadas e publicações do território. Os resultados do estudo apontam que o Nedet propiciou a rearticulação do Colegiado Territorial com a mobilização dos representantes do poder público e da sociedade civil organizada. No entanto, a redução dos recursos destinados à política territorial brasileira ao longo do tempo provocou a redução nas equipes, nos recursos para manutenção do programa e nos investimentos, desestimulando os atores envolvidos em dar prosseguimento às ações de desenvolvimento no território. O núcleo estimulou setores da economia territorial, baseando-se na sustentabilidade da agricultura familiar e na economia rural, possibilitando a discussão do planejamento territorial, na busca da redução da desigualdade social e na melhoria dos aspectos econômicos e ambientais.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial. Política pública. Gestão social. Nedet.



1 Introdução

O cenário macroeconômico dos anos 1970, marcado por uma considerável taxa de desemprego e pela desaceleração das taxas de crescimento econômico, evidenciou discussões acerca da abordagem territorialista de desenvolvimento. A perspectiva territorial passou a considerar o território como um sujeito ativo de desenvolvimento, que nos últimos anos assumiu um papel de destaque nos discursos de gestores de políticas públicas no Brasil. Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento territorial tem se ampliado, considerando os atores locais como integrantes desse processo (VIEIRA; PELLIN, 2015; DALLABRIDA, 2017).

O território, de acordo com o extinto¹ Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2005) pode ser compreendido como um espaço físico, geograficamente definido e em contínua mudança, abrangendo a cidade e o campo de um conjunto de municípios com características similares, tais como, ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições. Além disso, o conceito de território inclui uma população, com grupos sociais relativamente distintos que se relacionam interna e externamente, por meio de processos específicos, e constituem um espaço socialmente organizado onde se mobilizam em prol do seu projeto de desenvolvimento. A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), órgão que integrava o MDA, atuou no sentido de ampliar políticas voltadas ao desenvolvimento territorial, apoiando a organização e fortalecimento dos atores sociais locais, por meio de ações como o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) em 2003 e o Programa Territórios da Cidadania (PTC) em 2008.

Os referidos programas tinham por objetivo consolidar a abordagem territorial como uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil rural. Cabe ressaltar que a concepção de Brasil rural deva ser entendida como um espaço de produção econômica, convívio social e de relação com a natureza, que busca superar a falsa dicotomia entre rural e urbano, que se referia ao rural como atrasado e agrícola e o urbano como moderno e industrial. Nos debates contemporâneos, os territórios rurais passam a abranger também pequenas cidades e oferecem alternativas de emprego e renda com vistas à melhoria na qualidade de vida da população e integração socioeconômica (MORAES, 2016).

¹A Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, altera e revoga os dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, extinguindo o MDA e transferindo suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Em seguida o Decreto nº 8.780, de 27 de maio de 2016, transfere as competências do MDA, que estavam com o MDS, para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - Casa Civil da Presidência da República.



Nesse contexto, para garantir o futuro da abordagem territorial, a política de desenvolvimento territorial requer avanços na articulação institucional entre os órgãos federais, entes federados e não federados e a sociedade civil. As ações de extensão universitária focadas no apoio técnico, assessoramento e acompanhamento a estas instâncias tem potencial de fortalecimento do desenvolvimento territorial por meio da produção de conhecimentos acadêmico-científicos e integração da comunidade acadêmica ao território. Diante disto, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) realizou uma chamada pública em 2014 para apoiar projetos destinados à implementação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedets), com o objetivo de estimular a participação das universidades na busca de conhecimentos e solução dos problemas enfrentados pelos territórios (CNPQ, 2014).

Frente ao exposto, este estudo refere-se à Política de Desenvolvimento Territorial brasileira, delimitando-se ao Nedet do território da Cidadania Meio Oeste Contestado (MOC), com objetivo central de compreender o processo de criação do Nedet MOC, identificando as potencialidades e os desafios para a atuação e gestão social do núcleo.

O artigo inicialmente apresenta uma revisão bibliográfica acerca das temáticas do desenvolvimento territorial, da política territorial brasileira e da extensão universitária. Após são descritos os procedimentos metodológicos, seguido da discussão e análise dos resultados do estudo. Por fim, relatam-se as considerações finais.

2 Referencial teórico

2.1 Desenvolvimento Territorial

O desenvolvimento possui percepções racionalizadas e apresentadas no âmbito econômico, político e ideológico. Desse modo, a amplitude e complexidade do termo são expressas em diferentes épocas e lugares.

Desenvolvimento, tradicionalmente, era utilizado com o sentido de crescimento econômico, porém com o avanço dos estudos se pode perceber a limitação e inadequação da ideia, principalmente devido ao nível de desenvolvimento de um país estar relacionado com a renda *per capita* da população, sem levar em consideração qualquer outro indicador populacional (RIEDL, 2017).



Levando-nos a entender que um processo ou estágio de desenvolvimento objetiva, principalmente, a melhoria da qualidade de vida da população, Veiga (2008, p. 34) traz uma nova visão acerca do desenvolvimento, onde este

requer que se removam as principais formas de privação da liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência de serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos.

Para Rambo et al. (2017) com o transcorrer dos anos surgiram concepções que deixam de compreender o desenvolvimento como um processo *top-down*, passando a considerá-lo numa perspectiva *bottom-up*, entendendo as regiões como promotoras do seu desenvolvimento e capazes de formular políticas a partir das demandas locais.

No âmbito deste estudo discute-se a abordagem territorial do desenvolvimento. Este deve ser compreendido como um processo de mudança continuada, sendo que o limite de um território se dá com base na identificação coletiva de uma cultura, a qual resulta de uma construção social e histórica que faz parte da dinâmica territorial. Os processos de desenvolvimento são resultados de ações que se originam dentro do território sustentados pela potencialização, uso e aproveitamento dos recursos e ativos territoriais com vistas à dinamização socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida da população (DALLABRIDA, 2015; 2017).

Em conformidade com Schneider e Tartaruga (2004) existem duas razões a serem consideradas para se compreender o uso das abordagens territoriais nos processos de desenvolvimento. A primeira diz respeito a ideia de que os progressos industriais que apresentavam os melhores indicadores frente a crise do fordismo e do processo de reestruturação do capitalismo contemporâneo, eram aqueles que estavam assentados em uma dinâmica territorial. A segunda razão está relacionada aos aspectos políticos e institucionais que derivam, basicamente, da crise do Estado e da perda crescente de seu poder de regulação, a qual refere-se a sua incapacidade crescente de regular e interferir na economia privada. Nesse cenário ganham destaque iniciativas como a descentralização e a valorização da participação e do protagonismo dos atores da sociedade civil dos territórios, nova unidade de referência que funcionará como instância de mediação capaz de contemplar as relações entre os atores locais e as demais esferas (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004).

Logo, o território não existe apenas enquanto uma demarcação geográfica ou político-administrativa e não se restringe ao conceito de espaço, da mesma forma que não pode ser usado como mero sinônimo de região ou de lugar, no entanto reflete a articulação e relação



com outros espaços ou formações socioculturais existentes. O território é espaço apropriado e usado pelos atores sociais que nele vivem e visam à qualidade de vida e a diminuição das desigualdades socioeconômicas entre os habitantes de seu território, e para isso podem usufruir de políticas públicas de desenvolvimento (RAMBO et al., 2017).

Os desafios do mundo globalizado são respondidos cada vez mais e melhor por arranjos regionais e territoriais de planejamento e por ações que conseguem se inserir e/ou competir adequadamente. A Política Territorial Brasileira, portanto, constitui-se no tópico seguinte.

2.2 Política Territorial Brasileira

Para intervir frente a problemas sociais e ou fomentar determinados setores ou pessoas, são criadas políticas públicas, as quais são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo governo num setor da sociedade ou num espaço geográfico. De acordo com Favareto e Lotta (2017), no Brasil o enfoque territorial do desenvolvimento representa uma das principais inovações no âmbito das políticas públicas nos anos 2000.

O caráter inovador, no entendimento dos autores, pode ser atribuído ao fato de que as chamadas políticas de desenvolvimento territorial resultam da tentativa de superar limites verificados em três esferas: no âmbito das políticas de desenvolvimento rural, no qual se verificava, a necessidade de uma abordagem que envolvesse o conjunto das dimensões da vida social e econômica local, em oposição à visão da limitação do rural como apenas atividade agrícola; no âmbito das políticas de desenvolvimento regional, antes voltadas na expansão do capitalismo industrial regional e agora cada vez mais promovem a especificidade dos territórios, levando em consideração seu grau de inovação, seletividade e diferenciação; e no âmbito do planejamento governamental, o qual percebeu a necessidade de incorporar as demandas e as vozes das forças sociais dos territórios (FAVARETO; LOTTA, 2017).

A política com denominação territorial surge no Brasil no âmbito rural, dentro do MDA, com a criação da Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), implementando-se o Pronat em 2003, porém regulamentado apenas em julho de 2005, a partir da Portaria nº 5, de 18/7/2005. Em 2004 existiam 65 territórios em âmbito nacional, com aumento para 118 em 2006 e 164 em 2012, abrangendo um total de 2,5 mil municípios (RAMBO et al., 2017; VILPOUX; LAURINO; CAMPEÃO, 2014). Como instrumento da política territorial brasileira o Pronat



[...] pressupõe a construção de projeto político e de gestão, compartilhados pelos diversos agentes territoriais, sejam as instituições públicas, organizações não-governamentais, entidades de classe, associações, cooperativas, enfim, todo um conjunto de sujeitos que produzem, vivem e interagem no território (COELHO NETO, 2013, p. 111).

Balem, Silva e Froehlich (2016), sustentam que a política considera o território rural como foco do planejamento e da gestão de programas de desenvolvimento rural sustentável, a partir das inter-relações, articulações e complementaridades entre os espaços rurais e urbano. Para definir, subsidiar, propor e analisar as diretrizes do Pronat foi criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, órgão colegiado integrante do MDA, formado por membros do Governo e da Sociedade Civil.

Durante o processo de identificação dos territórios rurais, entendeu-se que alguns territórios se apresentavam economicamente mais fragilizados, apresentavam baixo acesso aos serviços básicos, índices de estagnação na geração de renda e carência de políticas integradas e sustentáveis para autonomia econômica, necessitando de uma atenção emergencial com ações ainda mais articuladas. Foi a partir dessa percepção que surgiu o Programa Territórios da cidadania em 2008. O programa tem por objetivos promover o desenvolvimento econômico por meio da superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, e compreende atualmente 120 territórios (BALEM; SILVA; FROEHLICH, 2016; DELGADO; LEITE, 2013).

A intenção dos programas é garantir que os processos de desenvolvimento envolvam múltiplas dimensões, cada qual contribuindo de uma determinada maneira para o conjunto do território em diferentes áreas, como a econômica, a sociocultural, a político-institucional e a ambiental (DELGADO; LEITE, 2013). Logo, a política de desenvolvimento territorial requer avanço na articulação institucional entre os órgãos federais, entes federados, entes não federados e sociedade civil para garantir o futuro da abordagem territorial. Nesse sentido, as instituições de ensino superior podem fortalecer a política territorial, na medida em que, por meio de ações de extensão e do exercício de uma prática pedagógica, contribui para a potencialização da mobilização da sociedade, além de instigar a reflexão crítica da realidade e cumprir com o caráter eminentemente político da educação.



2.3 Extensão Universitária

As manifestações pioneiras de Extensão Universitária no Brasil se dão no início do século XX, coincidindo com a criação do Ensino Superior. Suas primeiras aparições foram os cursos e conferências realizados na antiga Universidade de São Paulo, em 1911, e as prestações de serviço da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, desenvolvidos na década de 1920. No primeiro caso, a influência veio da Inglaterra; no segundo, dos Estados Unidos. Condizendo com as duas vertentes apresentadas pela literatura para a concepção de Extensão: a) europeia – universidades populares da Europa no século XIX, cujo esforço de intelectuais autônomos resultou numa aproximação com a população; b) americana – pela iniciativa de instituições oficiais, a Extensão surgiu orientada pela ideia de prestação de serviço (FROTA, 2017; FORPROEX, 2012).

A Política Nacional de Extensão Universitária, conforme documento amplamente discutido e apresentado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), se define:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 28).

Assim sendo, a extensão universitária deve ser reconhecida como dimensão relevante da atuação universitária com vistas ao desenvolvimento de relações interdisciplinares entre setores da universidade e da sociedade. É importante criar condições para a participação da universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a população, bem como para que ela se constitua como organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas no seu território de atuação. A extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

Em sua tese, Tartaruga (2004) atenta para o papel das universidades no desenvolvimento territorial por meio do serviço à comunidade, ou seja, a extensão. Um dos principais desafios para desempenho de tal papel está no estabelecimento de conexões entre a universidade e as necessidades regionais, sendo necessário a realização de um mapeamento das relações possíveis entre ensino, pesquisa e participação nos assuntos regionais, como possibilidade de progresso social e econômico do território em que ela está inserida. Em suma, a universidade parece ser um espaço propício para a geração permanente de inovações tecnológicas, sociais e territoriais.



No que diz respeito à relação da extensão universitária e a política de desenvolvimento territorial, Barth-Teixeira et. al (2016) enfatizam que a continuidade da política territorial exige um significativo avanço na integração das políticas para o Brasil Rural e uma consequente ampliação do universo de ações governamentais, que adotam a abordagem territorial. Isso requer, por um lado, o fortalecimento da articulação institucional entre os órgãos federais e os entes federados, e por outro, a consolidação da participação social nos territórios. Desse modo, os desafios desta política estão também relacionados com o apoio contínuo às instâncias colegiadas. As ações de extensão universitária, focadas no apoio técnico, assessoramento e acompanhamento a estas instâncias, têm enorme potencial de qualificá-las em suas atribuições de Gestão Social de políticas públicas.

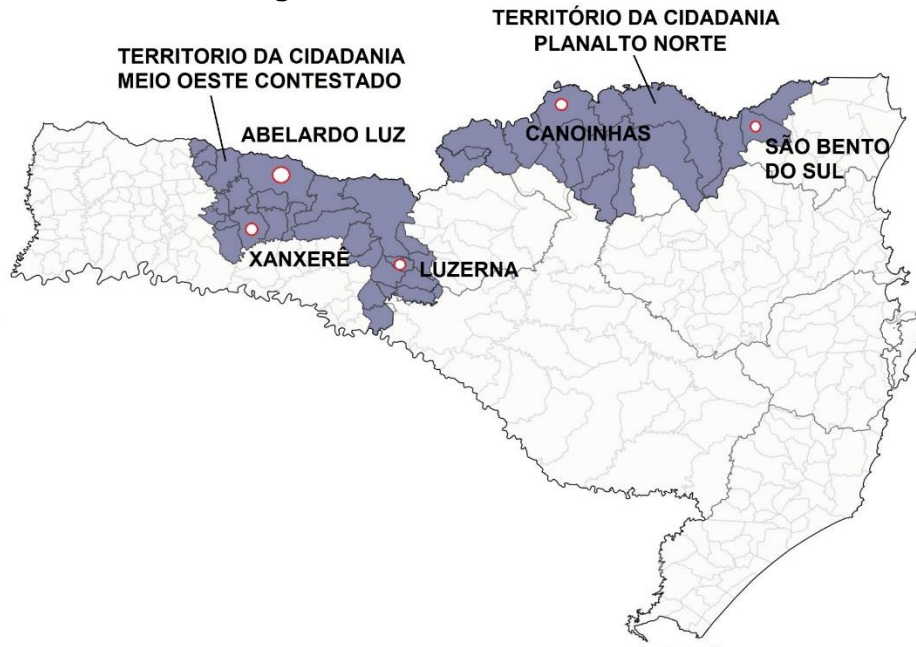
Como exemplo de articulação e integração entre universidade, sociedade e abordagem territorial apresenta-se a implementação dos Nedets, tomando como base para este estudo o caso do Território Meio Oeste Contestado. A próxima parte consiste em descrever os procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento do estudo.

3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa quanto a sua abordagem é qualitativa. O critério de classificação desta, segue a proposta de Vergara (2013), quanto aos fins e quanto aos meios. Em relação aos fins a pesquisa é descritiva, a qual buscou compreender o processo de criação do Nedet MOC e identificou as potencialidades e desafios na atuação e gestão social do núcleo. Quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica, documental e de campo.

A unidade de análise compreendeu o Território da Cidadania Meio Oeste Contestado, que abrange uma área de 8.288,10 Km² e é composto por 29 municípios: Água Doce, Catanduvas, Coronel Martins, Entre Rios, Ipuçu, Lajeado Grande, Luzerna, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, Vargem Bonita, Xaxim, Abelardo Luz, Bom Jesus, Capinzal, Erval Velho, Faxinal dos Guedes, Galvão, Herval d'Oeste, Ibicaré, Joaçaba, Jupiá, Lacerdópolis, Marema, Ouro, São Domingos, Treze Tílias, Vargeão e Xanxerê. A população total do território é de 271.996 habitantes, dos quais 72.666 vivem na área rural, o que corresponde a 26,72% do total. Possui 13.155 agricultores familiares, 2.105 famílias assentadas e 4 terras indígenas (SANTA CATARINA, 2018). Na figura a seguir visualiza-se a localização do território no estado de Santa Catarina.

Figura 1- Territórios da cidadania em Santa Catarina



Fonte: Santa Catarina (2018).

A amostra desta pesquisa é a não probabilística do tipo intencional e por acessibilidade. Se constituiu como sujeitos da pesquisa o coordenador geral do Nedet MOC, o Coordenador de Núcleo, o Assessor para a Gestão Social (ATGS) e o Assessor para a Inclusão Produtiva (ATIP).

A coleta de dados se deu por meio de fontes primárias e secundárias. As fontes primárias compreenderam entrevistas semiestruturadas realizadas com os sujeitos da pesquisa na primeira quinzena do mês de outubro de 2018, e, as secundárias, abarca, majoritariamente publicações acerca do território. Os dados foram tratados, utilizando a técnica de análise de conteúdo que constitui uma técnica de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo da transcrição integral das entrevistas dos sujeitos da pesquisa, da bibliografia e dos documentos que se teve acesso (BARDIN, 2006).

4 Apresentação dos Resultados e Discussões

A descrição e análise dos dados da investigação constituem objeto desta seção, que compreende a contextualização dos Nedets e do o território MOC, bem como as potencialidades e desafios de atuação do Nedet.



4.1 Os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial – Nedets

A criação dos Nedets se deu a partir da perspectiva de um envolvimento das Universidades no apoio aos colegiados territoriais. O MDA apontava também como referência para essa iniciativa o Projeto Células de Acompanhamento e Avaliação que havia sido realizado com as universidades em 2009, também com a participação do CNPq. A iniciativa buscava articular institucionalmente e operacionalmente as Universidades, os Territórios Rurais e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial para o estabelecimento do Sistema de Gestão Estratégica do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PPA 2008-2011). A experiência positiva da relação com as universidades no Projeto Células, a presença de universidades e institutos federais em todo território brasileiro forma os embriões da estruturação dos Nedets (BARTH-TEIXEIRA et al., 2016).

Por meio da Chamada CNPq/MDA/SPM-PR N°11/2014 que propõe apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial são implementados os Nedets. Em consonância com o CNPq (2014, p. 1), os núcleos tinham por objetivo

contribuir para a consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural, com especial atenção à superação das desigualdades de renda e gênero [...] por meio de ações de extensão e pesquisa, envolvendo o assessoramento, acompanhamento e monitoramento das iniciativas de desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário no âmbito do Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Destaca-se ainda que “cada Nedet conta com um Coordenador de Núcleo (professor universitário ou de instituto federal), um assessor para a gestão social (ATGS) e um assessor para a inclusão produtiva (ATIP), e ainda um acadêmico de graduação” (BARTH-TEIXEIRA et al., 2016, p. 4). Importante destacar que os colegiados territoriais são formados por representação paritária do poder público e dos segmentos e grupos da sociedade civil de cada município compreendido pelo território, além de representação de base regional, estadual e nacional.



4.2 Território Da Cidadania Meio Oeste Contestado: Potencialidades e Desafios Da Gestão Social

O Território Rural Meio Oeste Contestado foi criado em 2003, passou a denominar-se Território da Cidadania por atender os critérios do Decreto Presidencial de 25 de fevereiro de 2008, que criou o Programa Territórios da Cidadania, com o objetivo de “promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável”.

No que se refere aos 29 municípios que compõem o território, já mencionados anteriormente, destaca-se a presença dos diversos movimentos sociais do campo, como o movimento da luta pela terra (5.256 famílias em 141 assentamentos), dos direitos das mulheres camponesas, dos/as trabalhadores/as da agricultura familiar (13.150 famílias agricultoras), comunidades indígenas (quatro Terras Indígenas das etnias Kaingang e Guarani, onde residem 4.388 famílias), entre outros, que se articulam entre si, através dos sindicatos, federações, cooperativas, organizações não governamentais representando a sociedade civil, e da relevante participação do poder público através de suas instituições.

Com o início do Projeto “Governança na Perspectiva da Gestão Social de Territórios da Cidadania de Santa Catarina e Paraná: uma Estratégia para o Desenvolvimento Regional Sustentável e Solidário”, parceria entre a UFFS, o CNPq e o MDA, foi criado o Nedet do território. O objetivo do projeto em questão era contribuir para a consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural sustentável e solidário, e da articulação das políticas públicas, a partir de uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes e entidades da sociedade civil e instituições públicas. Essa abordagem considera a redução das desigualdades, o respeito à diversidade, a solidariedade e a justiça social como objetivos primordiais a serem atingidos.

Em junho de 2014, data da implantação do Nedet do Território da Cidadania do Meio Oeste Contestado, o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) e de suas diversas instâncias (Núcleo Dirigente e Câmara Técnica de Inclusão Produtiva), encontravam-se desestruturados e desmotivados, e a principal causa considerada era a descontinuidade da Política Territorial e as constantes interrupções para as prestações de contas nos contratos dos Assessores e Articuladores Territoriais, ocorridos no período de 2010 a junho de 2014.

Inicialmente o ATGS e ATIP do Nedet MOC, com o propósito de obter informações e realizar um diagnóstico sobre o Território, elaborou um plano de reuniões e atividades com



ex-Assessores e Articuladores Territoriais, Coordenadores do Codeter e atores territoriais (poder público e sociedade civil), dos 29 municípios que compõem o Território e junto à Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário do Estado de Santa Catarina - DFDA-SC. O Codeter era constituído por 03 (três) membros de cada um dos 29 municípios, sendo 01 (um) do Poder Público e 02 (dois) da Sociedade civil, totalizando 87 delegados (as), além de 22 (vinte e dois) representantes das entidades e instituições de base regional, perfazendo um total de 109 (cento e nove) componentes.

A execução do plano de ação elaborado possibilitou a apresentação da nova proposta de abordagem da Gestão Territorial, a partir da parceria da UFFS/CNPq/SDT-MDA/UNOESC, e permitiu conhecer e ouvir os agentes públicos e dirigentes das entidades da sociedade civil sobre a política territorial, suas expectativas, experiências e demandas, despertando também a sensibilização para a necessidade de mobilização dos atores locais para um planejamento, e seu desdobramento em planos e projetos específicos, e para a articulação das políticas públicas que compõem a Estratégia de Gestão Territorial, partindo como questão prioritária a articulação para a reestruturação e recomposição do colegiado de desenvolvimento territorial e suas Instâncias.

A implantação do Nedet propiciou avanços significativos para o desenvolvimento territorial, possibilitando a rearticulação do colegiado territorial com a mobilização dos representantes do poder público e da sociedade civil organizada. No entanto, ainda existiam dificuldades para o pleno envolvimento dos membros na gestão social das políticas públicas, limitando-se a atenderem aos convites/convocações para participarem das atividades (reuniões, plenárias, seminários e conferências) do Codeter, e ainda assim, percebeu-se que a participação ocorria com maior interesse quando se debatiam questões acerca de investimentos no território, como por exemplo o Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF).

A elevada alternância da titularidade dos delegados (as) territoriais, na representação das entidades da sociedade civil e instituições do poder público, é um fator importante a ser considerado para se discutir a atuação do Nedet. Esta alternância de atores dificultava o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos no território, além de alguns segmentos da sociedade civil que ficarem excluídos do processo por serem desorganizados.

A falta de empoderamento do Codeter se caracteriza como outro desafio para a articulação de políticas públicas do Governo Federal para com os Territórios, principalmente no que se refere a definição de propostas das políticas públicas que compõem a estratégia



de Gestão do Plano Safra, do PROINF e as Chamadas Públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). O desafio em questão provocou o descrédito da Política Territorial, uma vez que às expectativas geradas e compromissos assumidos não foram cumpridos, ocasionando frustração por parte das entidades e instituições parceiras.

Partindo deste cenário de dificuldades, pode-se afirmar que, apesar dos desafios encontrados, foram evidenciados avanços na gestão e na participação social em todo o território. As articulações e mobilizações dos atores do poder público e da sociedade civil realizadas pela assessoria territorial do Nedet possibilitaram a reestruturação e recomposição do Codeter e suas instâncias, e o aumento do número de participantes nas reuniões e plenárias do colegiado, entretanto, não podem ser consideradas instâncias consolidadas, permanecendo dependentes de ações assessoradas pelo Nedet.

Com relação ao fortalecimento dos comitês de jovens, mulheres e comunidades tradicionais, o Nedet MOC buscou ampliar a participação destes nas ações territoriais, mas ainda haviam dificuldades de mobilização e participação nas atividades, principalmente com os jovens, onde não há registro de comitê que os represente. A participação e o engajamento dos comitês de mulheres e dos indígenas, cuja maior concentração no Estado de Santa Catarina se localiza no Território da Cidadania Meio Oeste Contestado, foi e ainda é um dos maiores desafios a serem alcançados.

Dentre os principais desafios a serem superados pelo Codeter, estão às articulações das políticas públicas de ATER, o estabelecimento dos Mercados Institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e Compra Institucional), além de aspectos referentes a sanidade animal, através do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) e os investimentos públicos por meio do PROINF. Importante salientar que o projeto Nedet MOC teve suas atividades encerradas em junho de 2016, devido a extinção do MDA e corte dos recursos destinados a continuidade das políticas públicas de fortalecimento dos territórios.

5 Considerações Finais

Nesta seção final pretende-se apresentar algumas considerações acerca do estudo que objetivou compreender o processo de criação do Nedet MOC e identificar as potencialidades e desafios na atuação e gestão social do núcleo.



O território, portanto, é entendido a partir do reconhecimento das relações de poder no espaço entre os diversos atores sociais, não se restringindo apenas a uma demarcação geográfica ou político-administrativa, da mesma forma que não pode ser usado como mero sinônimo de região ou de lugar, mas sim reflete a articulação e relação com outros espaços ou formações socioculturais existentes.

No Brasil a abordagem territorial do desenvolvimento representa uma das principais inovações no âmbito das políticas públicas nos anos 2000. A política territorial surge primeiramente no âmbito rural, dentro do MDA, com a criação da Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), implementando-se o Pronat em 2003 e o Programa Territórios da cidadania em 2008. Os programas visavam a promoção do desenvolvimento econômico por meio da superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural e universalização de programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

A criação dos Nedets se deu em 2014 a partir da perspectiva de um envolvimento das Universidades no apoio aos colegiados territoriais para melhor articulação entre os atores sociais dos territórios e as políticas de desenvolvimento territorial. A implantação do Nedet no Território da Cidadania do Meio Oeste Contestado catarinense, o qual compreende 29 municípios, propiciou avanços significativos para o desenvolvimento territorial, possibilitando a rearticulação do Colegiado Territorial com a mobilização dos representantes do poder público e da sociedade civil organizada.

Em suma, o principal desafio do Nedet MOC foi a manutenção do entusiasmo entre os diversos atores sociais participantes (setor privado, público e terceiro setor), visto que a política territorial brasileira vinha sofrendo ao longo do tempo reduções nas verbas para manutenção e para investimentos nos territórios contemplados. Esta redução provocou redução nas equipes dos Nedets, nos recursos para manutenção do programa e nos investimentos, principalmente no PROINF, quando se extinguiu o MDA.

Quanto as potencialidades na atuação do núcleo, estas abarcavam o fomento a todos os setores da economia do território, baseada na sustentabilidade da agricultura familiar e na economia rural. O Nedet MOC era a oportunidade de os atores envolvidos discutirem o planejamento territorial, na busca pelo avanço nos processos de desenvolvimento, na redução da desigualdade social e na melhoria dos aspectos econômicos e ambientais.

Sugere-se como estudos futuros a realização de pesquisas comparativas entre Nedets de diferentes estados e/ou mesmo estado com o enfoque nas limitações e potencialidades de



atuação do núcleo com vistas a identificar qual a influência das características culturais, ambientais e econômicas na atuação dos atores envolvidos na busca pelo desenvolvimento sob a perspectiva da abordagem territorial.

Referências

BALEM, Tatiana Aparecida; SILVA, Gustavo Pinto da; FROEHLICH, José Marcos. Limites e possibilidades da Política de Desenvolvimento Territorial: uma análise a partir do Território Central da Cidadania do RS. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 2, p.182-221, maio/ago. 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/5345>>. Acesso em: 15 out. 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BARTH-TEIXEIRA, Enise et al. Extensão Universitária e Desenvolvimento Territorial: Uma relação necessária e possível. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL GESTÃO TERRITORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL, 2016, Brasília. **Anais...** p. 1 - 6. Disponível em: <<http://rete.inf.br/congresso2016/anais/gt8-id110.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: Guia para o Planejamento**. 2005. Disponível em: <http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_220-28-11-2012-12-04-356539.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

COELHO NETO, Agripino Souza. A política de desenvolvimento territorial rural no Brasil e a banalização do conceito de território. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 1, n. 2, p.107-124, 1 set. 2013. Fundação Universidade Regional de Blumenau. <http://dx.doi.org/10.7867/2317-5443.2013v1n2p107-124>. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/3783>>. Acesso em: 15 out. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Chamada CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014 – Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial**. 2014. Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/chamadas-publicas?p_p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_0ZaM&id=47-347-2459&detalha=chamadaDetalhada&filtro=resultados>. Acesso em: 15 out. 2018.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Desenvolvimento Territorial. In: GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein; RIEDL, Mario (Org.). **Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos**. Porto Alegre: Conceito, 2017. p. 125-127.

_____. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise social**, v. L (2º), n. 215, p. 304-328, 2015.

DELGADO, Nelson G.; LEITE, Sergio Pereira. Atualização das Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil**. Brasília: IICA, 2013. Cap. 4. p. 125-148.



FAVARETO, Arilson; LOTTA, Gabriela. Inovações institucionais nas políticas para o desenvolvimento territorial em três estados brasileiros. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 3, p.11-37, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/10409>>. Acesso em: 15 out. 2018.

FORPROEX, Fórum de Pró-reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: Imprensa Universitária, 2012. 68 p. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

FROTA, Mariângela Brum. **A extensão universitária como estratégia para o Desenvolvimento Regional: O caso da Universidade Federal Da Fronteira Sul - Campus Cerro Largo**. 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2017.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. Agricultura Familiar, Sistemas Agroalimentares Localizados (SIALs) e as Dinâmicas de Desenvolvimento dos Territórios Rurais. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 21, p.238-256, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/7640/pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

RAMBO, Anelise Graciele et al. Repercussões Territoriais Decorrentes Da Política Nacional De Desenvolvimento Regional e Da Política Territorial De Desenvolvimento Rural Na Região Sul Do Brasil. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 55, 2017, Santa Maria. **Anais...** . Santa Maria: Sober, 2017. p. 1 - 20. Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.7/1/7820.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

RIEDL, Mario. Desenvolvimento. In: GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein; RIEDL, Mario (Org.). **Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos**. Porto Alegre: Conceito, 2017. p. 97-99.

SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO. **Territórios da cidadania**. 2018. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/acoes/46-territorios-da-cidadania>>. Acesso em: 15 out. 2018.

SCHNEIDER, Sergio; TARTARUGA, Iván G. Peyré. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**, Campina Grande (PB), vol. 23, nºs 01 e 02, p. 99–116, jan./dez. 2004. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_4.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

TARTARUGA, Iván G. Peyré. **Inovação, território e cooperação: Um novo panorama da Geografia Econômica do Rio Grande do Sul**. 2014. 334 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/106435>>. Acesso em: 15 out. 2018.



VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VIEIRA, Adriana Carvalho Pinto; PELLIN, Valdinho. As Indicações Geográficas como Estratégia para Fortalecer o Território: o caso da indicação de procedência dos vales da uva Goethe. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 13, n. 30, p.155-174, jan. 2015. Editora Unijui. <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2015.30.155-174>. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/3062/3610>>. Acesso em: 15 out. 2018.

VILPOUX, Olivier François; LAURINO, Jaqueline; CAMPEÃO, Patricia. Papel dos Colegiados no desenvolvimento de uma política de integração territorial: exemplo dos Territórios Rurais do Mato Grosso do Sul. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 12, n. 28, p.37-67, 9 out. 2014. Editora Unijui. <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2014.28.37-67>. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/2913>>. Acesso em: 15 out. 2018.